

Empreendedorismo e políticas públicas: reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar

MÁRCIA REGINA FERREIRA (UEM)

ELIZA EMÍLIA REZENDE BERNARDO-ROCHA (UEM)

ISSN 1518-4382

REFERÊNCIA:

FERREIRA, Márcia Regina; BERNARDO-ROCHA, Eliza Emilia Rezende. Empreendedorismo e políticas públicas: reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 443-453.

Resumo

Este artigo propõe algumas reflexões sobre a necessidade de incorporação de alguns componentes-chave nas políticas públicas sobre o desenvolvimento da agricultura familiar. O intuito de tais reflexões é ressaltar a importância de tais componentes – empreendedorismo e capital social - para a estruturação e fortalecimento da agricultura familiar. Nesse sentido, o artigo tem como base uma revisão teórica sobre os conceitos de agricultura familiar, empreendedorismo, organizações em rede e capital social. A título de ilustração, o Projeto Redes de Referências para a Agricultura Familiar é apresentado no artigo como uma nova proposta metodológica para o desenvolvimento da agricultura familiar, uma vez que, entre outras características, este Projeto utiliza-se dos princípios do enfoque sistêmico, das organizações em rede e preocupa-se com o desenvolvimento do capital social ao longo do processo de acompanhamento dos agricultores.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma das bases sobre a qual se construiu a prosperidade que marca as nações mais desenvolvidas. No Brasil, as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar são frágeis no que se refere aos aspectos relativos aos processos sociais no desenvolvimento e implementação de seus projetos os quais se atêm aos aspectos técnicos ou ambientais. No entanto, sabe-se que o Paraná se destaca nacionalmente pela expressiva participação na produção de *commodities* agrícolas, tais como soja, trigo e milho. Em torno de 80% da produção do estado é proveniente de empreendimentos agrícolas familiares, que comercializa a maior parte de sua produção de alimentos ainda *in natura*, perdendo a oportunidade de agregação de valor ao produto primário através da constituição de agroindústrias, gerando empregos rurais e aumentando a renda dos pequenos produtores, com resultados diretos de melhoria de qualidade de vida às comunidades do meio rural. Observa-se a relevância da agricultura familiar no Brasil, pois da riqueza gerada no campo, cerca de R\$ 57 bilhões, ou seja, 40% provem dos empreendimentos agrícolas familiares. São cerca de quatro milhões de agricultores (84% dos trabalhadores rurais brasileiros) que vivem em pequenas propriedades. Quase 70% do feijão vem da agricultura familiar, assim como 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% do leite bovino, 49% do milho e 40% das aves e ovos. A agricultura familiar é um dos principais responsáveis pela manutenção do trabalhador no campo e, um dos maiores agentes de redução do êxodo rural no Brasil. Nesse sentido, torna-se imperativo a implementação de políticas governamentais que propiciem a melhoria da qualidade do produto, a

diversificação, a parceria, a organização e, conseqüentemente, a fixação do produtor/empreendedor familiar no campo, principalmente dos jovens (ABRAMOVAY,1998).

Em países desenvolvidos é natural a permanência do homem no campo de geração para geração. A esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que só ocorre em poucas atividades, pois segundo Abramovay (2000), nos Estados Unidos e no Canadá é cinco vezes mais provável que um negócio agrícola passe de uma geração a outra do que um negócio não agrícola. Na França, em 1953, 85% dos agricultores eram provenientes do próprio meio rural e, em 1985, este percentual surpreendentemente aumentou para 90%. Na Grã-Bretanha, 80% dos agricultores em tempo integral prosseguem atividades de seus ancestrais.

No Brasil, de forma embrionária, ocorrem algumas propostas para a condução de ações públicas na perspectiva da coordenação dos empreendimentos em rede, os quais vêm se constituindo como um desafio devido aos obstáculos políticos e gerenciais.

Para que esta coordenação aconteça é preciso negociar uma interpretação da realidade para que as organizações consigam trabalhar em conjunto. Nesse sentido Kliksberg (2001), ressalta o papel do Estado na criação do capital social: o Estado desempenha o papel de articulador das redes, integrando às instituições públicas, as organizações não governamentais, fundações empresariais, movimentos sindicais, organizações religiosas, universidades, organizações de moradores e as comunidades pobres organizadas, identificando o papel de cada um e suas contribuições. Com isso, faz-se necessário que cada organização desenvolva seu saber para integrá-lo ao interesse coletivo, pois as redes políticas viabilizam a otimização dos recursos e, principalmente, a construção de conhecimentos e práticas sociais que lhes são próprios. Desta forma, verifica-se uma importância significativa do Estado, o qual através de Políticas Públicas pode contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar com a prática do empreendedorismo.

O objetivo deste trabalho é fazer algumas reflexões acerca dos conceitos de capital social e empreendedorismo como elementos-chave com vistas à estruturação e fortalecimento da agricultura familiar. Dessa forma, foi realizada uma revisão teórica sobre os conceitos de agricultura familiar, empreendedorismo, organizações em rede e capital social e, a título de ilustração, destacar-se-ão aspectos do “Projeto Redes” desenvolvido no estado do Paraná. Este projeto propõe uma reformulação dos métodos, técnicas e procedimentos, de forma que uma vez adotados, possam ser referências para subsidiar a agricultura familiar em tecnologias apropriadas e novos arranjos de seus empreendimentos visando a melhoria na renda e na qualidade de vida dos produtores/empreendedores. Entre tais tecnologias enquadram-se não somente aquelas voltadas à melhoria dos empreendimentos, mas também novas técnicas que permitam aperfeiçoar a gestão das propriedades familiares no que diz respeito aos seus recursos econômicos, na perspectiva do empreendedorismo.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E O EMPREENDEDORISMO RURAL

Segundo Abramovay (2003), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Ainda que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. A definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas.

De acordo com Wanderley (2003), o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Para Lima et alli (1995), na propriedade familiar às decisões sobre o que e como produzir são determinadas não apenas por fatores como lucro e preço, mas também pelas necessidades da família. Os sistemas familiares possuem também um subsistema o qual gera as decisões em função das finalidades e objetivos estratégicos do sistema, que se preocupa em: como viabilizar estudos para os filhos, manter a unidade de produção em uma dinâmica de processos e assegurar a coesão do grupo familiar.

Juntando-se a essas características intrínsecas da agricultura familiar, houve também no Brasil, na segunda metade do século XX, uma passagem de um modelo de agricultura voltado para a auto-suficiência da propriedade rural, para o complexo sistema de interdependência, que marca as relações do setor rural com a indústria e os serviços. Esse processo, apesar de contribuir com o desenvolvimento do país, evoluiu de forma desordenada, ocasionando problemas de desajustes econômicos e sociais (ARAÚJO, 1990).

Para Bialoskorski Neto (2002), a discussão em torno do desenvolvimento da agricultura passa não só pela questão dos fatores de produção: terra, capital e trabalho e a capacidade de geração e transferência de tecnologia, mas também, pela questão dos níveis de especialização, instituições de pesquisa, e educação dos produtores rurais. O autor cita que o sucesso das transações econômicas dependem de uma rede de relacionamentos, podendo ser entendido como a intensidade de relacionamentos em rede social e entre agentes econômicos. Nesse sentido, Abramovay (2003) destaca a necessidade de políticas públicas que levem em conta esses aspectos da agricultura familiar e a noção do empreendedorismo, para que se possam aumentar as capacidades produtivas e se ter uma melhor inserção nos mercados de milhões de empreendimentos que hoje mal conseguem reproduzir-se.

Nos últimos anos, muitos trabalhos vêm se dedicando aos estudos e análises das formas de organizações familiares. De acordo com Abramovay (1992), esse trabalho intelectual tem sido desenvolvido sob vários focos, podendo-se extrair pelo menos dois ensinamentos. O primeiro indica a existência de diferentes estratégias sociais e econômicas através das quais as populações, grupos e indivíduos identificados com a agricultura familiar vêm viabilizando sua reprodução social e sobrevivência econômica nas sociedades contemporâneas. O segundo e maior aprendizado demonstra que, pelo menos nas nações mais desenvolvidas, o Estado tem sido o maior responsável pela manutenção de políticas e formas de apoio à expansão e à consolidação das unidades que se organizam e estruturam com base no trabalho familiar.

No Brasil, busca-se desenvolver um senso de empreendedor de forma ainda mais forte na agricultura familiar, pois os traços do empreendedor tradicional são percebidos em um empreendedor rural: acorda cedo, aposta em seu negócio, confia em seu produto, é otimista mesmo com tantas situações adversas, como chuva, a geada, a seca, e tem habilidade ou tato para o negócio. No entanto, para acontecer a transição da condição de produtor rural para empreendedor rural não é algo tão simples como parece. É necessário investir em capacitação, profissionalização, pois é preciso que o agricultor rural busque conhecimentos das áreas de finanças, tributação, organização e métodos, mercado, comercialização, tecnologia e outros.

Nesse sentido é possível identificar que o desenvolvimento econômico, conhecimento/educação, políticas públicas fazem parte da discussão sobre empreendedorismo. Pois, o termo *entrepreneur* foi cunhado por volta de 1800 pelo economista francês Jean Baptiste Say para identificar o indivíduo que transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento (FERREIRA;REIS;PEREIRA, 1997).

Para Drucker (2003, p.36) o empreendedor “sempre está buscando mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade”. Este autor discute que empreendimento não é ciência nem arte, é prática. Quando se pensa em empreendedorismo é necessário se ter uma base de conhecimento, pois o conhecimento na execução do empreendimento é um meio e não um fim. Segundo o autor, nos últimos anos o termo empreendedorismo vem crescendo a cada dia, no entanto entre tantos economistas modernos, somente Joseph Schumpeter abordou o empreendedor na perspectiva da economia. Em seu livro em 1911, Schumpeter sustenta a idéia de que toda mudança verdadeiramente importante na economia vem da iniciativa dos empreendedores e realiza uma lista com cinco traços do empreendedorismo: 1) a introdução de um novo bem; 2) a introdução de um novo método de produção; 3) a abertura de um novo mercado; 4) a conquista de uma nova fonte de matérias-primas e 5) a criação de uma nova organização na indústria.

Para Abramovay (2003), ambientes sociais marcados por pobreza, dependência e mercados poucos desenvolvidos não são propícios à inovação e, portanto inibem o empreendedorismo. Ao mesmo tempo, nas organizações internacionais de desenvolvimento é cada vez mais recorrente a constatação de que o fortalecimento do empreendedorismo rural (pequeno porte, o qual é proveniente da agricultura familiar) é elemento decisivo no revigoramento de regiões atrasadas e, de forma geral, na luta contra os efeitos destrutivos do desemprego em massa.

3. O CAPITAL SOCIAL, ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES EM REDES

Localizar o conceito de Capital Social em um específico ponto da história é uma tarefa difícil, porém importante para a elaboração do conceito. Deste modo, é importante citar a hipótese formulada por Coleman (2000) de que existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e Capital Social (relações de confiança), ou seja, o Capital Social é alcançado e otimizado, quando contém um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade numa comunidade, onde essas relações se tornam tão essenciais para o desenvolvimento da comunidade quanto o capital físico e capital humano. De acordo com Coleman (2000, p. 302), o Capital Social possui o seguinte significado:

[...] Capital Social é definido pela sua função. Não é uma entidade simples, mas uma variedade de diferentes entidades tendo duas características em comum: elas todas consistem de alguns aspectos da estrutura social, elas facilitam certas ações dos atores – seja pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura. Como outras formas de capital, Capital Social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como capital físico e capital humano, Capital Social não é completamente fungível, mas pode ser específico de certas atividades. Uma dada forma de Capital Social que é valiosa por facilitar certas ações pode ser até ou igualmente prejudicial para outras. Diferente de outras formas de capital, Capital Social é próprio da estrutura de relações entre atores e no meio de atores [...]

Desta forma, o autor tenta mostrar que entre duas ou mais comunidades com a mesma quantidade de recursos instrucionais (capital humano) e materiais (capital físico) o que as distingue, no que tange ao desempenho de seus membros, é a existência de Capital Social, isto é, a existência de laços de confiança e reciprocidade estabelecidos, que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva. O Capital Social de uma associação, grupo ou comunidade amplia a

capacidade de ação coletiva e facilita a cooperação mútua necessária para a otimização do uso de recursos materiais e humanos disponíveis. Nas palavras de Coleman (2000, p.304), “tanto quanto capital humano e capital físico facilitam a atividade produtiva, Capital Social também o faz. Por exemplo, um grupo dentro do qual existe grande fidelidade e confiança está hábil a realizar muito mais do que um grupo comparável sem fidelidade e confiança”. (PUTNAM, 2000) utiliza esse conceito para ilustrar o seu estudo de caso, realizado sobre a descentralização regional do governo italiano (Norte e Sul), o qual indica que o bom desempenho institucional do governo democrático do norte da Itália é devido à presença do capital social, que é expresso nos sistemas horizontais de participação cívica daquela coletividade. Desta forma, quanto mais cívica é uma região, mais eficaz será o seu governo e melhor condição de vida terá a sua comunidade.

No entanto, diante desta visão “culturalista” de Putnam – civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança – apresenta-se a discussão de Abramovay (1998) mostrando que esta constatação é insuficiente. Dessa forma, este autor utiliza-se de uma alternativa neo-institucionalista apresentada por Evans, a qual o capital social não é simplesmente um atributo cultural cujas raízes só podem ser fincadas ao longo de muitas gerações, mas sim que ele pode ser criado, estimulado, desde que haja organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos alternativas aos comportamentos políticos convencionais.

Além da busca de definição quanto ao conceito de capital social, apresenta-se também alguns elementos para a criação do mesmo. De Franco (2001) considera que a comunidade é a usina de capital social. Desta forma quanto mais comunidades existirem em uma sociedade, mais capital social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente. As comunidades vêm sendo tradicionalmente definidas como unidades sociais, onde existem: a) valores compartilhados; b) sentido de identidade e pertencimento; c) cultura e atividades econômicas e políticas comuns; d) coordenação de atividades voltadas para propósitos coletivos; e) algum grau de autogoverno.

Na medida em que se trabalha no processo de democratização, principalmente nos países pobres, criam-se condições favoráveis à revisão crítica das teorias convencionais ao mesmo tempo em que se abre espaço para o surgimento e valorização do ser humano como ator social. Nesse sentido a noção de capital social como rede de cooperação fortalece o tecido social, pois surge em um ambiente de cooperação entre organizações sendo uma das bases essenciais para o processo de desenvolvimento. Migueletto (2001) chama a atenção para a relevância da formação do capital social na rede, que se constrói nos encontros deliberativos, nos quais a maior parte do tempo é consumida na formação de consensos.

Além dos encontros e da ação na comunidade local, é importante salientar a importância do comprometimento do poder público na provocação da ação coletiva (EVANS,1996) onde o Estado passa de uma ação reguladora da interação social para uma ação mais efetiva tornando-se mobilizador do capital social. Nessa mesma linha salienta-se a valorização da integridade na elaboração e execução de políticas públicas de fomento a redes de cooperação. Tandler (2000) aponta a credibilidade do governo como um dos fatores de sucesso para a realização de tais ações.

Segundo Abramovay (2000), a construção de um novo sujeito coletivo do desenvolvimento é essencial para exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

É neste sentido que, em torno do desenvolvimento rural, convergem duas correntes contemporâneas de pensamento: por um lado a que vem enfatizando a dimensão territorial do desenvolvimento. Não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim de estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que

incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação - capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade.

A este processo de enriquecimento, que se traduz em uma nova vertente do pensamento social contemporâneo – muito influente nas organizações internacionais de desenvolvimento – vem chamando, com base nos trabalhos de Coleman (2000) e Putnam (2000), conhecido como capital social, como já mencionado.

A partir do conceito de Woolcock (1998) sobre capital social e desenvolvimento econômico em países em via de desenvolvimento, discuti-se as dimensões do Capital Social (integração, ligação, integridade e sinergia), destacando que essas dimensões quando combinadas conduzem a diferentes resultados em nível micro e nível macro. Assim, verifica-se que o capital social é precisamente essa combinação de relações sociais:

- Macro → Autonomia – Integridade : credibilidade e eficácia intuticional,
- Enraizamento – Sinergia: cooperação entre as instituições
- Autonomia – Ligação: Laços extracomunitários
- Micro → Enraizamento- Integração : Laços intracomunitários

Ao se analisar pela perspectiva da agricultura familiar busca-se a fixação do homem ao campo através de sua valorização e independência, ou seja, que as relações sociais e institucionais, através da natureza do Estado, a natureza da sociedade civil proporcione uma dinâmica de autonomia positiva, que segundo Woolcock (1998) são os fatores chaves no ponto de vista de que explicam o êxito ou fracasso do processo do desenvolvimento e de se ter ou não capital social. Pois no individualismo anárquico estão ausentes as quatro dimensões do capital social (integridade, sinergia, ligação e integração). Desta forma, além de instituições com credibilidade e eficácia (nível macro), estudiosos apresentam a importância de constituir comunidade (nível micro), porque comunidades são “usinas” de Capital Social.

Ao explorar o conceito de “redes”, Migueletto (2000), a define como “uma estrutura organizacional formada por um conjunto de atores que se articulam com a finalidade de aliar interesses em comum, resolver um problema complexo ou amplificar os resultados de uma ação, e consideram que não podem alcançar tais objetivos isoladamente”. Na rede, os atores sociais mantêm a sua autonomia e estabelecem múltiplos vínculos de interdependência entre si, resultando numa dinâmica arena permeada por relações de cooperação e conflitos de opinião.

De forma geral, pode-se observar três fatores principais, e inter-relacionados, que favorecem a constituição de redes, tanto no âmbito do setor privado quanto do setor público, quais sejam, o processo de modernização, o dinamismo do ambiente globalizado e o impacto das tecnologias de informação.

Segundo Migueletto (2001), a abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos organizacionais que emergem na atualidade, indica o esgotamento da capacidade de integração das instituições representativas tradicionais, da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento centralizado.

O desafio da coordenação das organizações em rede está relacionado ao fato de que as organizações atuam de acordo com lógicas, valores e normas de conduta próprias e, por outro lado, desejam conciliar ações visando alcançar um objetivo comum. Nesse processo, as organizações necessitam negociar uma interpretação da realidade para conseguirem trabalhar em conjunto. Em outras palavras, ressalta-se como características essenciais das redes a condição de autonomia e a relação

de interdependência dos atores. Trata-se de um processo que busca alcançar, sobretudo, a coesão entre os participantes. (MIGUELETTO, 2001).

Evidencia-se a importância do Projeto Redes, unir pesquisa, extensão e o agricultor, no desenvolvimento dos trabalhos, pois de acordo com Migueletto (2001), na rede, as organizações precisam umas das outras para alcançar seus objetivos particulares e o poder de uma entidade se afirma na medida em que a sua participação se torna essencial para as ações do grupo. Assim, a distribuição de poder não obedece a uma hierarquia, mas à importância de cada ator na viabilidade mesma da rede. Além disso, as redes possibilitam a aproximação entre as atividades de planejamento e execução. Evitam os gargalos na operacionalização das políticas, que se devem em grande medida às diferenças de percepção e aos conflitos de poder entre os que planejam e os que executam. A participação ativa dos diversos atores que estão envolvidos em determinada política pública é um elemento fundamental para a eficácia do processo, pois assegura maior integridade dos objetivos ao mesmo tempo em que agiliza as adaptações.

4. O PROJETO REDES DE REFERÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Com o objetivo de desenvolver e difundir sistemas de produção melhorados para a agricultura familiar paranaense, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PR) e o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), desenvolvem desde 1998 o projeto “Redes de Referências para a Agricultura Familiar”, integrante do Programa de Estado “Paraná 12 Meses”, em seu componente Manejo e Conservação dos Recursos Naturais – Fase 2 (Modernização). A metodologia utilizada neste projeto surgiu de um convênio firmado com uma instituição de pesquisa francesa, que realiza este trabalho na França, há 25 anos.

As principais categorias de agricultores que sofreram as conseqüências da modernização da agricultura brasileira foram aqueles pertencentes à agricultura familiar. Neste setor o trabalho é realizado pelo conjunto da família: homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Para estas pessoas as decisões sobre o que e como produzir, não são determinadas apenas por fatores como preço e lucro. Ao lado da lógica de mercado funcionam outras voltadas a atender às mais diversas necessidades da família, nem todas vinculadas à renda monetária da propriedade.

O conceito de pesquisa e desenvolvimento propõe a substituição do esquema linear de geração e transferência de tecnologia, por uma relação triangular e recíproca entre os vários atores sociais envolvidos no processo. O objetivo principal é aumentar o bem estar das famílias rurais de baixa renda, através da adoção de tecnologias apropriadas aos seus níveis de recursos e circunstâncias socioeconômicas. Isso é buscado pela mudança de ênfase, das pesquisas realizadas nas estações experimentais para ensaios conduzidos nas propriedades, com a participação dos agricultores, pois o desenvolvimento de tecnologias apropriadas é embasado no entendimento do contexto de seus sistemas produtivos, oportunidades, problemas e objetivos.

Uma nova tecnologia, selecionada com a participação dos agricultores, se adapta localmente melhor do que aquela recomendada pelos técnicos que trabalham por conta própria. E mais ainda quando os agricultores estão presentes desde o início do processo de geração da tecnologia, o resultado é mais facilmente aceito pelos demais agricultores.

Este é o conceito que está sendo adotado no “Projeto Redes”, de acordo com a Revista Redes de Referência para a Agricultura Familiar (2000). Nele rejeita-se a idéia de que cada componente do sistema funciona isoladamente do meio ambiente e independente dos outros componentes. É uma abordagem holística, onde os sistemas devem ser tratados no seu conjunto, com ênfase principalmente deste com o meio ambiente e na interação das partes que o constituem.

Porém, não se trata somente de buscar o aumento da produção e dos produtos cultivados, mas, principalmente, o sistema de produção que melhor se adapta às condições ecológicas e sócio-econômicas. Nesse caso, é fundamental procurar analisar e entender de que maneira é feita a utilização dos recursos naturais, dos meios técnicos e da mão-de-obra disponível. E isto impõe, necessariamente, o conhecimento das condições locais de produção e uma mudança de paradigmas.

Evidentemente que para ter uma pesquisa e uma extensão rural que gerem e difundam tecnologias agrícolas que não sejam injustas, requer-se a correspondente reformulação ou adequação dos métodos, técnicas e procedimentos pedagógicos e de difusão a serem utilizados. Faz-se fundamental a utilização de instrumentos operacionais realmente adequados em função das características dos agricultores envolvidos.

As redes constituem-se em uma metodologia inovadora que se propõem a enfrentar o desafio de construir um novo modelo de pesquisa e extensão rural para transpor os problemas aqui mencionados. Para isso apóia-se em propriedades analisadas, planejadas e acompanhadas em seu conjunto (recursos naturais, produção vegetal e animal, recursos humanos e econômicos) a partir do enfoque sistêmico.

A partir do acompanhamento das propriedades, procura-se ajustar os sistemas de produção às potencialidades e limitações locais (de natureza agroecológicas e/ou econômicas) visando atingir a maior rentabilidade possível, obedecidas as premissas de sustentabilidade. Isso torna esses sistemas passíveis de serem adotados por um grande número de agricultores.

Assim, pode-se definir como objetivos das Redes:

1. Ofertar novas tecnologias e/ou atividades ampliando as possibilidades de modernização
 2. Servir como pólo de demonstração de tecnologias e sistemas de produção para potencializar o processo de difusão
 3. Disponibilizar informações e propor métodos para orientar os agricultores na gestão da empresa agrícola
 4. Servir como base para a capacitação e treinamento de agentes de assistência técnica e extensão rural e de agricultores
 5. Possibilitar a identificação de demanda de novas linhas de pesquisa.
- Para atender a esses objetivos, as Redes estão organizadas em três níveis:
- Uma coordenação estadual em conjunto com a Unidade de Gerenciamento do Programa Paraná 12 Meses (UGP) para garantir a execução homogênea do método;
 - Uma equipe mesoregional para apoiar técnica e metodologicamente as equipes de campo, além de serem responsáveis pelas pesquisas adaptativas.
 - Um extensionista por região, encarregado do acompanhamento a uma rede de vinte propriedades e pela difusão dos resultados.

Nas regiões as Redes contam ainda com um comitê de coordenação composto pela unidade de assistência técnica da comissão regional do “Paraná 12 Meses” e outros agentes locais e regionais de desenvolvimento, que tem a função de ajudar nas reflexões e escolhas dos sistemas a estudar. A instalação de uma rede envolve três etapas complementares:

- Estudo prévio, onde é realizada a delimitação de zonas homogêneas, com a caracterização das regiões trabalhadas no tocante aos aspectos de clima, solos, estrutura agrária e infraestrutura. Realiza-se também a tipologia dos sistemas de produção buscando identificá-los e caracterizá-los, com o objetivo de compreender sua lógica e entender as diferenças e particularidades que existem entre os agricultores.
- Escolha dos sistemas prioritários, feitos a partir das informações da etapa precedente. É realizada pelo comitê de coordenação regional, que discute as hipóteses sobre a evolução desses sistemas de produção e suas conseqüências, como peso econômico, peso demográfico,

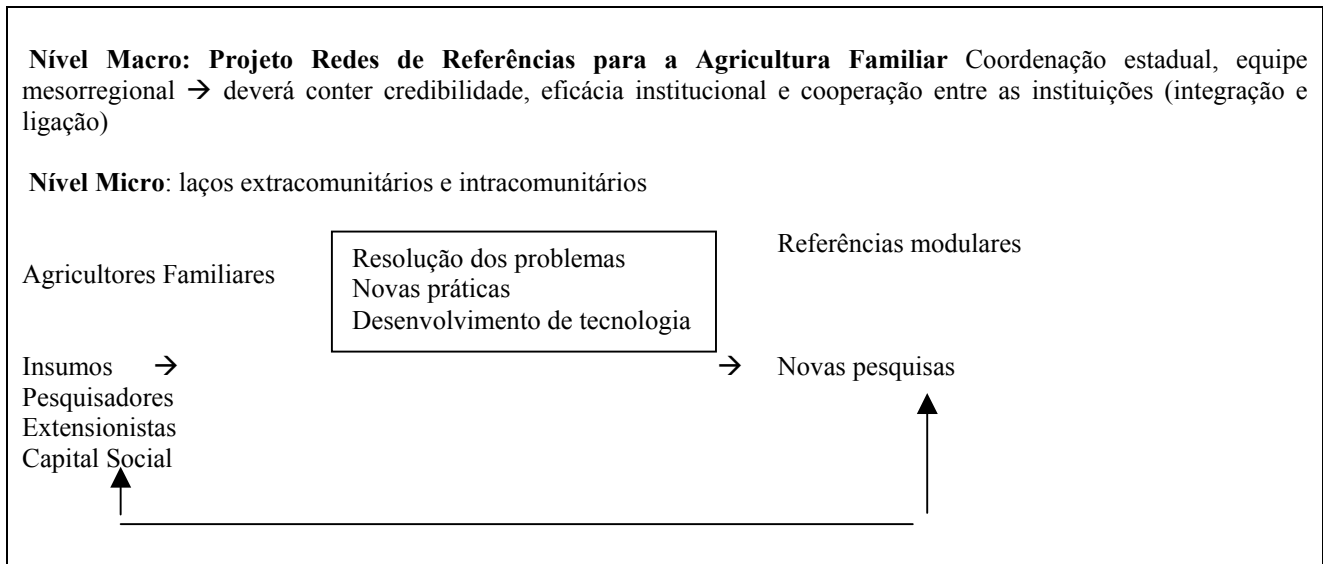
evolução provável de seu número, influência do contexto sócio-econômico sobre os sistemas atuais, potencialidades de novos sistemas, etc.

- Seleção das propriedades, uma vez que o comitê refletiu e escolheu os sistemas a serem estudados. Esta escolha garante parte da eficácia dos trabalhos, por isso ela deve seguir o consenso entre os representantes dos agricultores e dos agentes de desenvolvimento. Feita a escolha da propriedade, o primeiro passo é realizar um diagnóstico, com o intuito de conhecer seu conjunto, seus pontos de estrangulamento, suas potencialidades e os objetivos do agricultor.

Após a elaboração do projeto, o extensionista passa a acompanhar a implantação do projeto e registrar os resultados técnicos e econômicos que vão surgindo das mudanças e que servirão para construir as referências modulares e globais do sistema.

5. APONTAMENTOS FINAIS

Diante das reflexões feitas no decorrer deste artigo, e indo ao encontro da reformulação da pesquisa no Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR, 1985), a estratégia proposta para a operacionalização do “Projeto Rede” agrega elementos para a criação e fortalecimento do capital social através do enfoque sistêmico, como na figura abaixo.



Como se verifica no sistema, o Projeto Redes busca por intermédio do envolvimento entre a pesquisa, a extensão e o produtor uma maior objetividade na resolução dos problemas relevantes e uma maior adequação das tecnologias para os sistemas de produção, ao mesmo tempo realiza o compartilhamento dessas experiências o que fortalece a geração de conhecimento e capital social.

Como se pode observar, os projetos voltados para a agricultura familiar, possuem algumas dificuldades, as quais tem-se buscado superar de diversas maneiras e uma delas é a metodologia adotada pelo Projeto das Redes, que tem como principais características o enfoque sistêmico, o trabalho conjunto entre agricultor, pesquisa e extensão e a preocupação em desenvolver tecnologias adequadas a cada região e a realidade dos agricultores.

O enfoque moderno de Capital Social oferece um marco teórico de grande utilidade contribuindo significativamente para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, o qual possa utilizar o capital social, como recurso e instrumento de intervenção de grupos sociais e regiões marginalizadas, na construção de cidadania e do processo de democratização e da ação empreendedora.

Surgem aí, novos desafios às políticas públicas, assim como à participação social, fazendo com que administradores, antropólogos, cientistas sociais, economistas, sociólogos, historiadores, biólogos, educadores sociais, agrônomos e responsáveis políticos passem a se interessar e a participar de um debate comum sobre o tema, buscando uma aproximação multidisciplinar aos problemas do desenvolvimento e o fortalecimento do empreendedorismo.

Enfim, o capital social é um fator-chave para o fortalecimento do empreendedorismo na agricultura familiar, o qual pode promover o desenvolvimento de novos empreendimentos através de políticas públicas bem elaboradas como a que se apresenta o Projeto Redes. No entanto, é válido ressaltar que ao contrário do que muitos imaginam, capital social não é resultado direto de muito capital humano ajuntado, isto ocorre pela simples razão de que o “social” não é construído pelo somatório dos indivíduos. E sim de uma visão sistêmica que diz respeito à natureza do fenômeno social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Progresso Técnico: A Indústria é o caminho? **Caderno de Difusão de Tecnologia**, Brasília, 1985. V2, p 233 – 245.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento. **Revista de Economia Aplicada** – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.

ABRAMOVAY, R. **Gip agricultura familiar: conceitos**. Disponível em: <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/temas/conceitos/index.html>. Acesso em julho de 2003.

ABRAMOVAY, R. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. 2003. <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay>>. Acesso em janeiro de 2005.

ARAUJO, Ney B. de; PINAZZA, Luiz A. & WEDEKIN, Ivan. **Complexo Agroindustrial** – agribusiness brasileiro. São Paulo: Suma Econômica, Agroceres, 1995.

BIALOSKORK NETO, Sigismundo. **Capital Social, Governança e Desenvolvimento da Agricultura**: um ensaio analítico. USP – Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.usp.br/fearp/sig>. Acesso em julho de 2003.

COLEMAN, James S. **Foundations of Social Theory**. 3. ed. Cambridge: The Belknap of Harvard University Press, 2000, p.300-320.

DE FRANCO, Augusto. **Capital Social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castellls e Levy. Brasília: Instituto de Política, 2001.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e o espírito empreendedor (entrepreneurship)**: práticas e princípios. Tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, vol. 24, nº 6, 1996, pp. 1119-1132.

FERREIRA, Ademir; REIS, Ana C.F; PEREIRA, MARIA I. **Gestão empresarial**: de Taylor aos nossos dias. 1 ed. São Paulo: Pioneira,1997.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. **Reformulação da Pesquisa no IAPAR**. Documentos IAPAR 12. Londrina, 1985. p. 07 – 20.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, 69, Chile. 69, diciembre, 1999.

KLIKSBERG, B. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez Editora/UNESCO, 2001.

LIMA, Arlindo Prestes de et al. **Administração da unidade de Produção Familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: editora da Unijuí, 1995. 176p.

MANUAL OPERATIVO DAS REDES DE REFERÊNCIA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR. 2000.

MANUAL OPERATIVO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES. 2000.

MIGUELETTO, Danielle Costa Reis. **Organizações em Rede**. Dissertação apresentada a Escola Brasileira de Administração Pública para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública. Rio de Janeiro, 2001.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

REVISTA REDES DE REFERÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – apresentação do enfoque de trabalho através de descrições de propriedades acompanhadas. Projeto Paraná 12 Meses, 2000.

TENDLER, J. **O bom governo nos trópicos** – uma visão crítica. São Paulo: Revan-ENAP, 1998.

WANDERLEY, M.N. B. **Gip Agricultura Familiar**: conceitos. Disponível em: [//www.gipaf.cnptia.embrapa.br/temas/conceitos/index.html](http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br/temas/conceitos/index.html). Acesso em 15 de agosto de 2003.

WOOLCOCK, Michael. Social Capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and society**, nº 27, 1998.

_____. Social Capital: implications for development theory, research, and policy. **The World Bank Research Observer**, vol. 15, nº 2, August, 2000, pp.225-49.